



AUDITORIA

Deputados vão ao TCE pedir investigação em desvio de dinheiro público do Estado

Os deputados de oposição vão hoje (8) ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) entregar uma vasta documentação pedindo investigação nos contratos e programas do Governo do Estado.

O deputado Rubem Martins (PSB) disse que os parlamentares vão ao TCE levando informações, requerendo uma imediata investigação sobre desvio de dinheiro público em diversas áreas.

A medida foi proposta depois que os requerimentos dele, pedindo auditoria no programa de transporte escolar, e do deputado Gustavo Neiva (PSB), pedindo informações sobre os contratos de PPP, foram negados no plenário da Assembleia Legislativa.

O deputado Robert Rios (PDT) afirmou que o Governo convocou um exército de suplentes, um total de quatorze, para derrotar



Foto: Divulgação

Oposição se juntou para pedir auditoria em contratos e programas do governo

os pedidos da oposição. “Virou uma praxe do governo, articulado pela liderança, que tem arrogância e prepotência, derrotar os nossos requerimentos para esconder a roubalheira do

governo”, acrescentou Rubem Martins.

Segundo ele, várias empresas foram contratadas pelo governo para fazer o transporte escolar. Para

isso, são gastos R\$ 12 milhões por mês. “Na região de Picos informaram que tem 9.500 Km diários rodados pelo transporte escolar. E não rodam isso, as rotas são apenas para as

empresas faturarem. O pagamento está sendo feito”, assinalou o parlamentar.

De acordo com Rubem Martins, em Wall Ferraz tem uma empresa chamada Coração de Mãe. “Procuramos essa empresa e não encontramos no endereço informado. O que queremos são as informações da Secretaria de Educação sobre o transporte escolar, até porque tem dinheiro do Governo Federal nisso”, assinalou.

O deputado Gustavo Neiva falou de fraude documental em contratos para as parcerias público-privadas das rodoviárias. “Observamos que existem divergências nos contratos. Mas apenas o da rodoviária de Teresina foi alterado. Existe uma fraude e não nos passam as informações, por isso, vamos ao TCE requerendo uma imediata investigação nisso”, finalizou. (LC)

Olavo Rebelo

Olho aberto.

O Tribunal de Contas do Estado determinou a suspensão de uma licitação da Secretaria Estadual de Saúde.

Motivo: irregularidades nos procedimentos.

Na modalidade Pregão Eletrônico (menor preço), ela foi iniciada em 2016.

Seria para contratar empresa especializada no fornecimento de equipamentos para bomba de infusão.

O Conselheiro Kleber Eulálio apontou restrição de competitividade e direcionamento do processo.

O Ministério Público de Contas quer a anulação e a abertura de uma nova licitação.

Coluna Magalhães. Caderno Cidades. Página 2

Auditoria cai

O Plenário da Assembleia Legislativa rejeitou, ontem, requerimento de autoria dos deputados Robert Rios (PDT), Gustavo Neiva (PSB), Rubem Martins (PSB) e Marden Menezes (PSDB) solicitando ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) auditoria dos contratos do Governo do Piauí com a Fundação Getúlio Vargas.

O objetivo da apuração seria o acompanhamento das Parcerias Público Privadas (PPPs).

Transporte

Outro requerimento rejeitado foi o de autoria do deputado Rubem Martins (PSB) solicitando auditoria no Programa Estadual de Transporte Escolar, visando apurar possíveis irregularidades do referido programa no ano de 2016.

O líder do governo, deputado João de Deus (PT), orientou a base do Governo para a reprovação dos requerimentos.

Nada impede, entretanto, que o TCE faça as auditorias, se entender que há necessidade.

Coluna Do Zózimo no portal CidadeVerde. 08/08/17. Link: <http://cidadeverde.com/colunadozozimo/85957/a-crise-nao-acabou>

Professores de São João do Piauí mandam recado a presidente da APPM

👍 Curtir 5

🐦 Tweet

➕ G+

🔗 Compartilhar

Tem motivo toda a movimentação do presidente da APPM, prefeito Gil Carlos, de São João do Piauí, em resolver, junto ao Tribunal de Contas do Estado, sobre o desbloqueio e a aplicação dos recursos de precatórios do antigo Fundef.

Os recursos pagos pela União a 24 municípios piauienses estão bloqueados por decisão do TCE.

A norma da Corte de Contas vincula o uso do dinheiro apenas para investimentos na educação, pagamento de dívidas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e de dívidas trabalhistas, além de abono aos professores.

- Foto: Portal Mandacaru



E é o que querem os servidores da educação em São João do Piauí, que no primeiro dia da semana pedagógica no município, vestiram-se de preto em protesto contra o prefeito.

Gil havia sido convidado para a reunião com a presença dos servidores, mas mandou sua chefe de governo, Eliane Sousa, para tratar da questão.

Enquanto o gestor alega temor frente a divergentes decisões relativas à restrição do uso dos recursos, os professores acreditam que a norma do TCE é bem clara, podendo Gil Carlos ter dado a questão como resolvida.

Link: <http://180graus.com/apolianaoliveira/professores-de-sao-joao-do-piaui-mandam-recado-a-presidente-da-appm>

Deputados vão ao TCE pedir investigação em desvio de dinheiro público do Estado

Oposição se juntou para pedir auditoria em contratos e programas do governo.

Autor: Luciano Coelho

Os deputados de oposição vão hoje (8) ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) entregar uma vasta documentação pedindo investigação nos contratos e programas do Governo do Estado. O deputado Rubem Martins (PSB) disse que os parlamentares vão ao TCE levando informações, requerendo uma imediata investigação sobre desvio de dinheiro público em diversas áreas.



Foto/Reprodução

A medida foi proposta depois que os requerimentos dele, pedindo auditoria no programa de transporte escolar, e do deputado Gustavo Neiva (PSB), pedindo informações sobre os contratos de PPP, foram negados no plenário da Assembleia Legislativa.

O deputado Robert Rios (PDT) afirmou que o Governo convocou um exército de suplentes, um total de quatorze, para derrotar os pedidos da oposição. "Virou uma praxe do governo, articulado pela liderança, que tem arrogância e prepotência, derrotar os nossos requerimentos para esconder a roubalheira do governo", acrescentou Rubem Martins.

Segundo ele, várias empresas foram contratadas pelo governo para fazer o transporte escolar. Para isso, são gastos R\$ 12 milhões por mês. "Na região de Picos informaram que tem 9.500 Km diários rodados pelo transporte escolar. E não rodam isso, as rotas são apenas para as empresas faturarem. O pagamento está sendo feito", assinalou o parlamentar.

De acordo com Rubem Martins, em Wall Ferraz tem uma empresa chamada Coração de Mãe. "Procuramos essa empresa e não encontramos no endereço informado. O que queremos são as informações da Secretaria de Educação sobre o transporte escolar, até porque tem dinheiro do Governo Federal nisso", assinalou.

O deputado Gustavo Neiva falou de fraude documental em contratos para as parcerias público-privadas das rodoviárias. "Observamos que existem divergências nos contratos. Mas apenas o da rodoviária de Teresina foi alterado. Existe uma fraude e não nos passam as informações, por isso, vamos ao TCE requerendo uma imediata investigação nisso", finalizou.


Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/politica/deputados-vaio-ao-tce-pedir-investigacao-em-desvio-de-dinheiro-publico-do-estado-53058.html>

TCE julga nesta quinta-feira denúncia contra o prefeito Zé Maria

O prefeito foi denunciado pelos vereadores acusado de auferir receita em contradição a dispositivo de lei municipal e demais legislações pertinentes.


BÁRBARA RODRIGUES

08/08/2017 © 07h39 - atualizado © 07h39

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) deve julgar na próxima quinta-feira (10) uma **denúncia feita em 2016 pelos vereadores João Olímpio Fernandes e Paulo César Cortez Vieira** contra o prefeito de Ipiranga do Piauí, José Santos Rêgo, mais conhecido como Zé Maria.

O prefeito foi denunciado pelos vereadores acusado de auferir receita em contradição a dispositivo de lei municipal e demais legislações pertinentes. Alegaram os denunciadores que em 2013 entrou em vigor a Lei Municipal nº 744/2013, que instituiu a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP) no município de Ipiranga, definindo como sujeito passivo da contribuição o titular o domínio ou possuidor de imóvel situado na cidade.

Só que teria sido feita a cobrança do COSIP, por meio de faturas, para consumidores da zona rural mesmo a região não tendo a prestação do serviço de iluminação pública. Então em agosto de 2014 a lei foi alterada e revogada a cobrança da contribuição para os moradores da zona rural. Mesmo com essa alteração continuou sendo feita a cobrança e por isso os vereadores denunciaram o prefeito.

Em sua defesa, Zé Maria afirmou que a denúncia “é vazia, e carece de fundamentação fática e jurídica. Em nenhum momento houve a revogação da cobrança da COSIP dos consumidores da zona rural. O que havia era a isenção. Sendo posteriormente, essa isenção disciplinada por meio da emenda apresentada pelo Poder Legislativo Municipal. Assim, se houver iluminação pública, o Poder Executivo Municipal poderá realizar a cobrança da COSIP”.

Ele destacou ainda a falta de provas no processo. “Frisa-se que em nenhum momento em sua inicial, os denunciantes acostam qualquer meio de prova, de que os locais indicados nas faturas, inexistem iluminação pública”, afirmou.

Plínio Valente Ramos Neto, procurador do Ministério Público de Contas, se manifestou pela procedência parcial da denúncia tendo em vista a cobrança ilegal da COSIP no período de março de 2013 a agosto de 2014. Solicitou ainda a instauração de inspeção in loco no município de Ipiranga, a fim de apurar as irregularidades e aplicação de multa.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-julga-nesta-quinta-feira-denuncia-contra-o-prefeito-ze-maria-418903.html>

Prefeitura de Dom Inocêncio nega bloqueio de contas

“A prefeitura nunca teve suas contas bloqueadas”, declarou o assessor.

RAISA BRITO

07/08/2017 © 20h02 - atualizado © 20h02



A prefeitura de Dom Inocêncio, por meio do assessor jurídico Marcelo Cavalcante, entrou em contato com o **GPI**, na noite desta segunda-feira (07), para afirmar que o município nunca esteve com as contas bloqueadas, conforme lista divulgada pelo TCE, na última quinta-feira (03).

“A prefeitura nunca teve suas contas bloqueadas”, declarou o assessor.

Em uma nova lista divulgada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, nesta segunda-feira, o nome da prefeitura de Dom Inocêncio já não consta mais entre as que ainda estão com as contas bloqueadas.

Bloqueio

A decisão do bloqueio aconteceu, na sessão plenária da última quinta-feira (03), em atendimento a uma solicitação do Ministério Público de Contas. A lista dos inadimplentes é encaminhada para o banco, que leva, em média, 24 horas para efetivação do bloqueio.

Segundo o TCE, muitos municípios não têm as contas bloqueadas de fato por apresentarem a documentação pendente antes do prazo do banco, mas a irregularidade e o atraso não deixam de constar nos relatórios do Tribunal de Contas.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeitura-de-dom-inocencio-nega-bloqueio-de-contas-418894.html>

Treze prefeituras continuam com as contas bloqueadas pelo TCE-PI

A lista dos inadimplentes é encaminhada para o banco, que leva, em média, 24 horas para efetivação do bloqueio.

RAISA BRITO

07/08/2017 © 14h31 - atualizado © 14h38

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) atualizou a lista das prefeituras, câmaras municipais, Regimes Próprios de Previdência Social e consórcios municipais **que continuam com as contas bloqueadas** por alguma pendência referente a prestações de contas até o mês de abril de 2017.

Continuam com as contas bloqueadas:

Prefeituras Municipais: Anísio de Abreu, Campo Alegre do Fidalgo, Curral Novo do Piauí, Madeiro, Paes Ladim, Passagem Franca do Piauí, Piripiri, São Félix do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, São João da Fronteira, São José do Piauí, Sebastião Barros.

Câmaras Municipais: Amarante, Assunção do Piauí, Castelo do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Novo Oriente do Piauí, Paes Landim, Parnaguá, Passagem Franca do Piauí, Santo Antônio dos Milagres, São Miguel do Tapuio.

Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS: Porto e Santo Antônio dos Milagres.

Consórcios Municipais: Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí, CORESA – Consórcio Reg. de Saneamento do Sul do Piauí, Consórcio Reg. de Desen. da Planície Litorânea Piauiense.

A decisão do bloqueio aconteceu, na sessão plenária da última quinta-feira (03), em atendimento a uma solicitação do Ministério Público de Contas. A lista dos inadimplentes é encaminhada para o banco, que leva, em média, 24 horas para efetivação do bloqueio.

Segundo o TCE, muitos municípios não têm as contas bloqueadas de fato por apresentarem a documentação pendente antes do prazo do banco, mas a irregularidade e o atraso não deixam de constar nos relatórios do Tribunal de Contas.

Os municípios têm um prazo de 90 dias para enviar os documentos para a fiscalização do TCE-PI e, além disso, os nomes dos inadimplentes são encaminhados uma semana antes para a Associação Piauiense de Municípios (APPM) para que o órgão faça um alerta aos gestores.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/treze-prefeituras-continuam-com-as-contas-bloqueadas-pelo-tce-pi-418877.html>

TCE-PI aceita denúncia e multa prefeito Didiu Melo de Paulistana

A decisão de procedência da denúncia é do dia 18 de julho deste ano. O relator do processo foi o conselheiro substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo.

ISABELA DE MENESES

07/08/2017 © 12h08 - atualizado 12h10



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aceitou denúncia contra o prefeito Gilberto José de Melo, o "Didiu", gestor do município de Paulistana, por irregularidade em processo licitatório da prefeitura em 2017. A decisão de procedência da denúncia é do dia 18 de julho deste ano. O relator do processo foi o conselheiro substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo.

A denúncia alega que o Edital do Convite nº 01/2017, não foi cadastrado na íntegra no Sistema Licitações Web, dentro do prazo estabelecido, já que ocorreu apenas no dia 23 de fevereiro de 2017, quando a sessão de abertura estava prevista para o dia 24 de fevereiro, o que contraria uma resolução do TCE.

Também está sendo alegado na denúncia, que faltam informações na publicação do Diário Oficial do Município, pois não contém a fonte de recurso, valor previsto, e telefone para contato com o responsável.

Foto: Facebook/Didiu Melo



Prefeito Didiu Melo de Paulistana

Assim, a Primeira Câmara do TCE decidiu de acordo com o parecer da Divisão Técnica, que a Denúncia é procedente e cabe aplicação de multa ao gestor pelo descumprimento do art. 39 da Res. TCE nº 27/2016, e art. 1º, “c”, da IN nº 01/2012.

Como também expediu recomendação para que o gestor e os responsáveis pelas licitações da Prefeitura Municipal observem os requisitos exigidos no cadastramento do Sistema Licitações Web. O processo vai ser apensado a prestação de contas do exercício de 2017 do prefeito “Didiu”.

Em defesa, a gestão do município de Paulistana, alegou apenas, que a licitação estava marcada para ocorrer no dia 24 de fevereiro 2017, às 9h, não aparecendo licitantes interessados, motivo pelo qual fora julgada deserta, tendo sido finalizada no Sistema Licitações Web.

Além disso afirmou, que a ausência de informações no aviso de licitação ocorreu por ter sido utilizado como base um modelo de aviso de licitação antigo, quando as informações não eram cobradas. Já o atraso na publicação, alegaram ser devido ao acúmulo de serviço característico do início do ano e ressaltou que as publicações legais foram todas realizadas.

Link: <http://www.viagora.com.br/noticias/tce-pi-aceita-denuncia-e-multa-prefeito-didiu-melo-de-paulistana-63010.html>

Base do Governo barra auditoria do TCE em contratos de PPPs

Por: Francisca Pinto Enviada em: 07/08/2017



Os deputados da oposição requeriam que o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realize uma auditoria dos contratos do Governo com a Fundação Getúlio Vargas



Assembleia Legislativa/ Foto: Francisca Pinto

Em **votação** nesta segunda-feira (07), a bancada governista conseguiu barrar a **solicitação** dos deputados Robert Rios (PDT) Gustavo Neiva (PSB), Rubem Martins (PSB) e Marden Menezes (PSDB) para que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realize uma auditoria dos contratos do Governo do Piauí com a Fundação Getúlio Vargas.**

Os deputados solicitaram ainda, no requerimento, o acompanhamento das Parcerias Público Privadas (PPPs) e sobre a

contratação sem processo licitatório da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para ministrar curso sobre PPP e Concessões no valor de mais de R\$ 887 mil.

Em discurso, o deputado estadual **João de Deus (PT)**, afirma que a realização de uma auditoria é forma de dizer que a assembleia está desconfiando dos contratos realizados pelo governo e orientou a base para a reprovação do requerimento.

“Nós não somos contrários à auditoria, a fiscalização é um ato normal do TCE. Ocorre que aqui o objetivo não é fazer auditoria, o objetivo é arrancar manchete de jornal para tentar passar a ideia de que a Assembleia Legislativa do Piauí está suspeitando dos contratos do Governo e nesse sentido eu estou chamando a atenção dos colegas da base do governo que nós votemos contra a proposta que aqui está”, explicou.

O deputado também sugere que os colegas deputados requeiram pessoalmente essa auditoria e não usem a base do governo para passar para opinião pública a ideia que a Casa Legislativa suspeita do Governo do Estado.

Já o deputado Gustavo Neiva ressaltou que apesar da negativa do governo existe muita controversa a respeito desses contratos da Fundação Getúlio Vargas com Governo do Estado. Afirma que a não aprovação do requerimento iria passar para a sociedade que o Governo tem algo a esconder.

“Eu quero discordar do deputado João de Deus, que é claro que o tribunal já faz isso de ofício, mas quando há um requerimento aprovado, e tenho certeza que o Governo não tem nada a esconder quanto a isso, o governo também quer a rápida apuração desses fatos para que possamos de uma vez por todas acabar com essa desconfiança em torno desses contratos. Não estamos aqui querendo tirar manchete. Nós estamos apenas repercutindo o que a imprensa vem veiculando em seus meios de comunicação. Queremos aprofundar as investigações, essa análise e que a gente possa de vez por todas acabar com essa celeuma. Não aprovando esse requerimento, nós aqui dessa casa passaremos para a opinião pública que o governo não quer que apure as denúncias vinculadas nos meios”, disse.

O deputado ainda solicita que a superintendente de PPPs da Secretaria de Estado da Administração (SeadPrev), Viviane Moura e o secretário de administração, Franzé Silva, vão até a assembleia para que seja feito um debate e, assim, esclarecer essas dúvidas que estão em torno dos contratos.

Votação:

Após a votação, o deputado estadual **Robert Rios**, solicitou outra votação, só que desta vez nominal e ainda afirmou que o chefe da casa, Themistocles Filho, tem uma paixão pela base governista. "Presidente, não adianta vossa excelência ter essa paixão pelo governo do PT, pois está sendo aprovada lá em Brasília a lei Wellington Dias que acaba com os vices, então não adianta essa paixão, que quando for feita a reforma não vai ter nem vice", disse

Em sua defesa, **Themistocles** disse que a votação nominal teria de ser pedida inicialmente e que não existe paixão na decisão. "O deputado pediu a votação nominal quando terminou a votação. Aqui não é paixão não, foi votado um requerimento aqui na assembleia, tá sendo filmado, todo deputado aqui sabe quem votou e o requerimento foi barrado", defendeu-se.

Link: <https://www.45graus.com.br/politica/governo-barra-auditoria-do-tce-em-contratos-de-ppp-s>